

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vila Velha – IPVV

**Resolução 003/2021**

**Aprova a Política de Segurança da Informação no âmbito do IPVV.**

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vila Velha – IPVV, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo único do art. 156 c/c art. 172, da Lei Complementar nº 022, de 17 de janeiro de 2012, e nos termos da Lei 5.318 de 15 de Junho de 2012;

**CONSIDERANDO** que a informação é um ativo essencial da organização e precisa ser protegida quanto a eventuais ameaças, preservando e minimizando os riscos para a continuidade dos serviços prestados pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vila Velha – IPVV;

**CONSIDERANDO** que a adoção de procedimentos que garantam a segurança das informações deve ser prioridade constante do IPVV, reduzindo os riscos de falhas, danos e prejuízos que possam comprometer os objetivos da instituição;

**CONSIDERANDO** o disposto no Manual do PRÓ-GESTÃO, aprovado pela Portaria da Secretaria da Previdência nº 3, de 31 de janeiro de 2018 e suas alterações;

**CONSIDERANDO** a deliberação da Diretoria Executiva, na reunião ordinária realizada dia 22 de novembro de 2021;

**R E S O L V E:**

**Art. 1º.** Fica instituída a Política de Segurança da Informação no âmbito do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vila Velha – IPVV, na forma do Anexo Único desta Resolução.

**Art. 2º.** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Vila Velha, 22 de Novembro de 2021.

Jorge Eloy Domingues da Silva

**Diretor Presidente**

Patrícia Siqueira Nunes

**Diretora Administrativo**

Maria Margarete Martins

**Diretora de Benefício**

Reynaldo Luiz Fassarella

**Diretor Financeiro**

**ANEXO ÚNICO**

**CAPÍTULO I**

**OBJETIVOS DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

**Art. 1º.** A Política de Segurança da Informação, também referida como PSI, é o documento que orienta e estabelece as diretrizes corporativas do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vila Velha – IPVV para a proteção dos ativos de informação e a responsabilidade legal para todos os usuários.

Parágrafo único A Política de Segurança da Informação deve ser cumprida e aplicada em todas as áreas da Autarquia e por todos os colaboradores e prestadores de serviço que tenham acesso às informações de propriedade do Regime Próprio de Previdência Social.

**Art. 2º.** Constitui objetivo da PSI:

I – Estabelecer diretrizes que permitam aos colaboradores e fornecedores do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vila Velha – IPVV seguirem padrões de comportamento relacionados à segurança da informação adequados às necessidades de negócio e de proteção legal da Autarquia e do indivíduo;

II – Nortear a definição de normas e procedimentos específicos de segurança da informação, bem como a implementação de controles e processos para seu atendimento; e

III – Preservar as informações do RPPS quanto à:

a) integridade: garantia de que a informação seja mantida em seu estado original, visando protegê-la, na guarda ou transmissão, contra alterações indevidas, intencionais ou acidentais;

b) confidencialidade: garantia de que o acesso à informação seja obtido somente por pessoas autorizadas; e

c) disponibilidade: garantia de que os usuários autorizados obtenham acesso à informação e aos ativos correspondentes sempre que necessário.

**CAPÍTULO II**

**APLICAÇÕES DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

**Art. 3º.** As diretrizes aqui estabelecidas deverão ser seguidas por todos os colaboradores, bem como os prestadores de serviços, e se aplicam à informação em qualquer meio ou suporte.

Parágrafo único. É obrigação de cada colaborador se manter atualizado em relação a esta PSI e aos procedimentos e normas relacionadas, buscando orientação sempre que não estiver absolutamente seguro quanto à aquisição, uso e/ou descarte de informações.

**CAPÍTULO III**

**DAS RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS**

**Art. 4º.** Entende-se por colaborador toda e qualquer pessoa física, contratada no regime estatutário, CLT ou temporário, e os prestadores de serviços, contratados por intermédio de pessoa jurídica ou não, que exerça alguma atividade dentro ou fora do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vila Velha – IPVV.

§ 1º. Os colaboradores deverão:

I – Manter sigilo das informações do RPPS;

II – Zelar pelos ativos de informação do RPPS, sejam eles físicos (processos, documentos, etc) ou digitais (arquivos, sistemas, etc); e

III – Seguir as diretrizes e recomendações da Diretoria Executiva quanto ao uso, divulgação e descarte de dados e informações.

§ 2º. Será de inteira responsabilidade de cada colaborador, todo prejuízo ou dano que vier a sofrer ou causar ao RPPS e/ou a terceiros, em decorrência da não obediência às diretrizes e normas aqui referidas.

#### CAPÍTULO IV

##### DO MONITORAMENTO E DA AUDITORIA DO AMBIENTE

**Art. 5º.** Para garantir as regras mencionadas nesta PSI, o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vila Velha – IPVV poderá:

I – Implantar sistemas de monitoramento nas estações de trabalho, servidores, correio eletrônico, conexões com a internet, dispositivos móveis ou wireless e outros componentes da rede – a informação gerada por esses sistemas poderá ser usada para identificar usuários e respectivos acessos efetuados, bem como material manipulado;

II – Tornar públicas as informações obtidas pelos sistemas de monitoramento e auditoria, no caso de exigência judicial ou solicitação do superior hierárquico;

III – Realizar, a qualquer tempo, inspeção física nos equipamentos de sua propriedade; e

IV – Instalar sistemas de proteção, preventivos e detectáveis, para garantir a segurança das informações e dos perímetros de acesso.

#### CAPÍTULO V

##### CORREIO ELETRÔNICO

**Art. 6º.** O uso do correio eletrônico do IPVV é para fins corporativos e relacionados às atividades do colaborador usuário da Autarquia, sendo terminantemente proibido:

I – Enviar mensagens não solicitadas para múltiplos destinatários, exceto se relacionadas a uso legítimo da Autarquia;

II – Enviar mensagem por correio eletrônico usando o nome de usuário de outra pessoa ou endereço de correio eletrônico que não esteja autorizado a utilizar;

III – Enviar qualquer mensagem por meios eletrônicos que torne seu remetente e/ou o RPPS vulneráveis a ações civis ou criminais;

IV – Divulgar informações não autorizadas ou imagens de tela, sistemas, documentos e afins sem autorização expressa e formal concedida pelo proprietário desse ativo de informação;

V – Falsificar informações de endereçamento, adulterar cabeçalhos para esconder a identidade de remetentes e/ou destinatários, com o objetivo de evitar as punições previstas; e;

VI – Apagar mensagens pertinentes de correio eletrônico quando o RPPS estiver sujeito a algum tipo de investigação.

#### CAPÍTULO VI

##### INTERNET

**Art. 7º.** Exige-se dos colaboradores comportamento ético e profissional com o uso da internet disponibilizada pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vila Velha – IPVV.

**Art. 8º.** Os equipamentos, tecnologia e serviços fornecidos para o acesso à internet são de propriedade do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vila Velha – IPVV, que pode analisar e, se necessário, bloquear qualquer arquivo, site, correio eletrônico, domínio ou aplicação armazenados na rede/internet, estejam eles em disco local, na estação ou em áreas privadas da rede, visando assegurar o cumprimento de sua Política de Segurança da Informação.

§ 1º. Qualquer informação acessada, transmitida, recebida ou produzida na internet está sujeita a divulgação e auditoria, tendo o IPVV, em total conformidade legal, o direito de monitorar e registrar todos os acessos a ela.

§ 2º. Qualquer alteração dos parâmetros de segurança, por qualquer colaborador, sem o devido credenciamento e a autorização para tal, será julgada inadequada e os riscos relacionados serão informados ao colaborador e ao respectivo superior hierárquico.

§ 3º. O uso de qualquer recurso para atividades ilícitas poderá acarretar as ações administrativas e as penalidades decorrentes de processos civil e criminal, sendo que nesses casos a Autarquia cooperará ativamente com as autoridades competentes.

**Art. 9º.** Somente os colaboradores que estão devidamente autorizados a falar em nome do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vila Velha – IPVV para os meios de comunicação poderão manifestar-se, seja por e-mail, entrevista on-line, podcast, seja por documento físico, entre outros.

**Art. 10.** Apenas os colaboradores autorizados pela Autarquia poderão copiar, captar, imprimir ou enviar imagens da tela para terceiros, devendo atender à norma interna de uso de imagens, à Lei de Direitos Autorais, à proteção da imagem garantida pela Constituição Federal e demais dispositivos legais.

**Art. 11.** Os colaboradores com acesso à internet poderão fazer o download (baixa) somente de programas ligados diretamente às suas atividades no IPVV e deverão providenciar o que for necessário para regularizar a licença e o registro desses programas, desde que autorizados pela Diretoria.

§ 1º. O uso, a instalação, a cópia ou a distribuição não autorizada de softwares que tenham direitos autorais, marca registrada ou patente na internet são expressamente proibidos.

§ 2º. Os colaboradores não poderão em hipótese alguma utilizar os recursos do IPVV para fazer o download ou distribuição de software ou dados pirateados, atividade considerada delituosa de acordo com a legislação nacional.

**Art. 12.** É proibido o acesso, exposição, armazenamento, distribuição, edição, impressão ou gravação por meio de qualquer recurso, de materiais de cunho sexual.

**Art. 13.** Os colaboradores não poderão utilizar os recursos do IPVV para deliberadamente propagar qualquer tipo de vírus, worm, cavalo de troia, spam, assédio, perturbação ou programas de controle de outros computadores.

**Art. 14.** As regras expostas neste capítulo se aplicam no uso de computadores e outros dispositivos de propriedade do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vila Velha – IPVV bem como a dispositivos particulares dos usuários que estiverem conectados à internet do RPPS (cabeadas ou sem fio).

#### CAPÍTULO VII

##### COMPUTADORES E OUTROS DISPOSITIVOS

**Art. 15.** Os computadores disponibilizados pelo IPVV aos colaboradores, constituem instrumento de trabalho para execução das atividades de negócio do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vila Velha – IPVV.

§ 1º. Cada colaborador deve zelar para segurança e bom uso dos equipamentos, reportando à área competente qualquer incidente que tenha conhecimento.

§ 2º. Em caso de mau uso, ou uso em desacordo com as instruções desta norma, o colaborador poderá ser responsabilizado.

#### CAPÍTULO VIII

##### IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE DE ACESSO

**Art. 16.** Para o acesso aos recursos tecnológicos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vila Velha – IPVV será exigido, sempre que possível, identificação e senha exclusiva de cada colaborador, permitindo assim o controle de acesso.

§ 1º. É proibido o compartilhamento de login entre os colaboradores.

§ 2º. Recomenda-se como boa prática de segurança que, ao realizar o primeiro acesso ao ambiente de rede local, o usuário seja direcionado a trocar imediatamente a sua senha.

§ 3º. É de responsabilidade de cada usuário a memorização de sua própria senha, bem como a proteção e a guarda dos dispositivos de identificação que lhe forem designados.

§ 4º. Os usuários podem alterar a própria senha, e devem ser orientados a fazê-lo, caso suspeitem que terceiros obtiveram acesso indevido ao seu login/senha.

**Art. 17.** O Certificado digital é um documento eletrônico que identifica pessoas e instituições, provando sua identidade e permitindo acessar serviços informatizados com a garantia de autenticidade, integridade e não-repúdio, assim como assinar digitalmente documentos.

Parágrafo único. Os certificados utilizados no IPVV, serão emitidos por uma Autoridade Certificadora (AC) devidamente autorizada pela Diretoria Executiva.

#### CAPÍTULO IX

##### PROCEDIMENTOS DE CONTINGÊNCIA

**Art. 18.** Para garantir a segurança da informação, deverão ser realizadas cópias de segurança dos sistemas e respectivos bancos de dados utilizados pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vila Velha – IPVV.

§ 1º. As rotinas de cópia de segurança deverão, sempre que possível, ser realizadas de forma automatizada, em horários pré-definidos, devendo ainda ser realizadas verificações periódicas da sua execução e integridade.

§ 2º. O armazenamento das cópias de segurança deverá ser planejamento de forma que impeça o acesso a pessoas não autorizadas.

#### CAPÍTULO X

##### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 19.** Será disponibilizada, no site oficial do IPVV, manual/cartilha orientadora das disposições contidas nesta PSI.

**Art. 20.** Caberá à Diretoria Administrativa a gestão da Política de Segurança da Informação do IPVV, devendo submeter ao seu Colegiado as ocorrências e sugestões de alteração e/ou aprimoramento.

**Art. 21.** Havendo descumprimento da presente Política de Segurança da Informação, aplicar-se-ão as penalidades previstas na Lei Complementar nº 006/2002.

**Art. 22.** Os casos omissos deverão ser dirimidos pela Diretoria Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vila Velha – IPVV.

Jorge Eloy Domingues da Silva

**Diretor Presidente**

Reynaldo Luiz Fassarella  
**Diretor Financeiro**

Patrícia Siqueira Nunes  
**Diretora Administrativo**

Maria Margarete Martins  
**Diretora de Benefício**

#### Expediente:

<b>Prefeito Municipal</b>	<b>Araldo Borgo Filho</b>
<b>Secretária Municipal de Governo</b>	<b>Maria do Carmo Neves Novaes</b>
<b>Núcleo de Atos Oficiais</b>	<b>Rafael Machado Pasquini</b>